

Qual a força do juramento? *Dom Casmurro* de Machado de Assis

How strong is the oath?
Dom Casmurro by Machado de Assis

Ronaldo Filho Manzi

<http://orcid.org/0000-001-7980-3997> - E-mail: manzifilho@hotmail.com

RESUMO

Há centenas de leituras sobre a clássica obra de Machado de Assis *Dom Casmurro*. Não buscamos aqui fazer uma análise das leituras desta obra. Partimos de uma interpretação que se baseia na reflexão de Giorgio Agamben (*O sacramento da linguagem*) sobre o problema do destino/juramento/perjúrio/maldição. Será justificado ao longo do texto porque a escolha da obra de Assis para uma análise do que nos traz Agamben. Mostraremos que o tema central de *Dom Casmurro*, no fundo, é a questão do juramento/perjúrio. O que nos intriga é: se trata de uma comédia ou uma tragédia?

Palavras-chave: Juramento. Maldição. Perjúrio. Assis. Agamben.

ABSTRACT

There are hundreds of readings of Machado de Assis classic work *Dom Casmurro*. We do not seek here to analyze the readings of this works. We start from an interpretation that is based on Giorgio Agamben's thinking (*The sacrament of language*) dealing with the problem of fate/oath/perjury/curse. It will be justified throughout the text because the choice of Assis's work for an analysis of what Agamben brings to us. We will show that *Dom Casmurro's* central theme, in essence, is the issue of oath/perjury. What intrigues us is: is it a comedy or a tragedy?

Keywords: Oath. Curse. Perjury. Assis. Agamben.

Introdução

Há uma relação intrincada entre amor, destino, promessa, juramento e maldição que aparece de forma bastante sugestiva no livro *Dom Casmurro* (1899) de Machado de Assis. Bem, a vinculação entre amor e destino é antiga em nossa tradição – aparece de forma clara desde os mandamentos bíblicos, em que o cristão deve acatar como um destino amar a Deus e ao próximo tendo como promessa o próprio amor divino; quebrar um dos mandamentos é uma maldição. Tal estrutura aparece nas linhas de Assis, uma vez que todo o romance se estrutura em torno da ideia de destino e de juramentos que não são cumpridos. Mas antes de nos debruçarmos sobre esse romance, vale lembrar algumas reflexões de Giorgio Agamben quando ele se pergunta sobre a força de um juramento: em que medida um juramento é válido? Na verdade, Agamben nos mostra que o problema não é exatamente bíblico, uma vez que a religião dependeria da questão do juramento:

A lógica que se preocupa com o uso correto da linguagem enquanto asserção, nasce quando a verdade do juramento já acabou. E se do cuidado com o aspecto assertório do *logos* nascem a lógica e as ciências, da verificação provêm – mesmo que seja através de sobreposições de todo tipo (que encontram precisamente no juramento o seu lugar mais importante) – o direito, a religião, a poesia e a literatura. O seu meio é a filosofia, que, mantendo-se unida na verdade e no erro, procura salvaguardar a experiência performativa da palavra sem renunciar à possibilidade da mentira e, em todo discurso assertório, antes de mais nada faz a experiência da verificação que nele tem lugar (AGAMBEN, 2011, p. 70).

O livro de Agamben é de 2008 – *O sacramento da linguagem – Arqueologia do juramento*. Trata-se de uma parte do projeto do *Homo sacer* (II, 3) em que Agamben busca fazer uma “arqueologia filosófica do juramento”: “Investigar arqueologicamente o juramento equivalerá a orientar a análise dos dados históricos, que limitamos, no seu essencial, ao âmbito grego-romano, na direção de uma *arché* tesa entre a antropogênese e o presente” (AGAMBEN, 2011, p. 19). Agamben parte dessas questões:

(...) o que é o juramento? O que nele está implicado, se ele define e põe em questão o próprio homem como animal político? Se o juramento é o sacramento do poder político, o que, na sua estrutura e na sua história, tornou possível que ele fosse investido de semelhante função? Que plano antropológico, em todo sentido decisivo, nele está implicado, para que o homem todo, na vida e na morte, pudesse, nele e por ele, ser colocado em questão? (AGAMBEN, 2011, p. 10).

Sem reconstituir toda a arqueologia dessa história, o que nos traz Agamben sobre a ideia de juramento?

Em um primeiro momento, podemos pensar que o juramento é o que conserva as coisas serem tais como são. Nesse sentido, cumpre a função de estabilidade e garantia, mantendo unido e conservado o que veio à existência, como em um casamento. Tal estabilidade e garantia se vale da testemunha de Deus, por isso deve ser prometido de forma solene e confirmada por juramento.

Para que essa função se cumpra, o juramento deve se valer da fé – aquele que profere um juramento deve ter fé, e os outros só creem na fala porque creem no cumprimento do que foi dito. O juramento em si não anuncia nada – ele é uma espécie de rito oral: “O juramento não tem a ver com o enunciado como tal, mas com a garantia da sua eficácia: o que nele está em jogo não é a função semiótica e cognitiva da linguagem como tal, mas sim a garantia da sua veracidade e da sua realização” (AGAMBEN, 2011, p. 12). Isso nos diz que, sem juramento, os homens são infiéis/não têm credibilidade em sua fala.

O juramento é um ato performativo – tal como é descrito por John Longshaw Austin em 1955 em uma série de palestras em Harvard University. Esses escritos foram reunidos e publicados posteriormente com o título *Como fazer coisas com palavras* (1962)¹. Austin observa que existem declarações que não são nem descritivas, no sentido de se referir a um estado de coisas, nem constata nada na realidade. Tratar-se-iam de expressões que não são nem falsas, nem verdadeiras. Seriam expressões de ação sem descrever algo. Expressões tais como se diz “Eu aceito” em um casamento; ou quando se batiza alguém ou um barco, por exemplo: “Eu batizo esse navio de *Rainha Elizabeth*” (cf. AUSTIN, 1975, p. 5). Como se vê, são afirmações de um ato sem serem verdadeiras ou falsas. Bem, diz Austin: “Eu proponho denominar elas [as sentenças desse tipo] como *sentenças performativas* ou ato performativo ou, de forma mais curta, ‘performativo’” (AUSTIN, 1975, p. 6).

Alguns desses atos performativos são contratuais, tal como “Eu aposto que”; outras declaratórias, como “Eu declaro guerra a” – casos em que dizer algo é fazer algo. Que se perceba, ao dizer “Eu declaro guerra a”, essas palavras não são simplesmente declarativas, elas instauram uma ação. Na verdade, instauram uma nova realidade. Mas é preciso regras apropriadas para que esse ato seja válido.

O caso mais claro é “Eu aceito” na cerimônia de um casamento católico. Austin lista as regras em geral em que essa fala é válida:

- A.1) É preciso que exista um procedimento convencional aceito que tenha algum efeito convencional, em que o procedimento inclua a declaração de certas palavras por certas pessoas em certas circunstâncias e, além disso,
- A.2) que as pessoas e circunstâncias em um dado caso sejam apropriadas para invocar o procedimento particular invocado.
- B.1) O procedimento deve ser executado por todos os participantes de forma correta e
- B.2) completa.
- C.1) Onde, como sempre, esse procedimento é designado a ser usado pelas pessoas que tem alguns pensamentos ou sentimentos, ou para a inauguração de algumas condutas consequenciais pela parte dos participantes, então a pessoa que participa de tal e que invoca o procedimento deve, de fato, ter tais pensamentos e sentimentos, e os participantes devem intencionar isso para conduzi-los, e além disso,
- C.2) devem realmente conduzir a si subsequentemente em tal (AUSTIN, 1975, pp. 14-15).

Qualquer violação dessas regras tornará o ato performativo infeliz – não válido. É preciso que todas as condições sejam preenchidas. No caso de um casamento: A.1) o procedimento convencional é preenchido pelo ritual de casamento católico, por exemplo; A.2) exige que haja um padre para que a cerimônia seja levada a cabo. B.1) Em um casamento, espera-se que todos se portem de acordo com o cerimonial, que ocupem seus devidos lugares, que ouçam o padre, que se vistam de forma adequada etc.; B.2) exige-se que todo o procedimento seja concluído. C.1) O casamento só tem sentido se o casal esteja agindo de forma espontânea e intencional, visando realmente se juntar nesse laço religioso; C.2) o casamento só se realiza se aqueles que pronunciam “Eu aceito” realmente levem a cabo o que foi instaurado.

Mas o juramento pode ser também sobre o futuro. Nesse caso, um juramento promissório – uma promessa de que a instauração do juramento será cumprida. Essa seria a origem obrigante do juramento: a fé (o que faz laço de confiança). A fé é, ao mesmo tempo, ativa/passiva, pois se trata de uma garantia dada e uma garantia inspirada. Com fé, é possível dar crédito:

¹ A obra de Austin se denomina, no original, *How to do things with words*. A tradução de todas as passagens, inclusive o título, foi de minha conta.

A *fides* é, portanto, um ato verbal, acompanhado em geral de um juramento, com o qual alguém se entrega totalmente à 'confiança' de outrem, obtendo, em troca, a sua proteção. O objeto da *fides* é, em todo caso, assim como no juramento, a conformidade entre as palavras e as ações das partes (AGAMBEN, 2011, p. 35).

Esse é o ponto central aqui: o próprio ato performativo instaura uma maldição, pois há a possibilidade de não se cumprir o que foi jurado, quebrando o pacto entre fala e ação. Há sempre a possibilidade do perjúrio – o juramento em si não garante a manutenção da fala; e os homens não são sempre confiáveis! Seria preciso a testemunha dos deuses para se ter credibilidade: "Deus não é crível por causa do juramento, mas o juramento é seguro por causa de Deus" (AGAMBEN, 2011, p. 30).

Temos, portanto, uma estrutura de três elementos: 1) o ato de juramento é um ato performativo; 2) é preciso invocar os deuses como testemunhas (sendo necessário todo o ritual de invocações da legitimidade de tal ato); 3) há uma maldição dirigida para o perjúrio (maldição entendida aqui como o que desvincula a fala do ato: mal-dição).

Diríamos que *Dom Casmurro* de Machado de Assis é praticamente um tratado sobre esse tema. Quem é Dom Casmurro? Qual é o seu destino?

Discussão – Dom Casmurro

O livro começa pela descrição do sentido de como o personagem, Bento, chamado por todos de Bentinho, assume o nome Dom Casmurro depois dos acontecimentos que ele narra. Casmurro se refere à sua forma de ser calado e recluso. Quem lhe deu o nome foi um jovem que tentou lhe recitar algumas poesias, mas viu Bento sem muita disposição para ouvi-los: "Não consulte dicionários. *Casmurro* não está aqui no sentido que eles lhes dão, mas no que lhe pôs o vulgo de homem calado e metido consigo. *Dom* veio por ironia, para atribuir-me fumos de fidalgo. Tudo por estar cochilando!" (ASSIS, 1997, p. 2).

Podemos ir além. Seu nome de batismo é Bento (aquele que é benzido/consagrado pela bênção) e por isso seria aquele que "cumpre bem a fala". Sabemos que Agamben não está se referindo a Machado de Assis, mas podemos fazer uma associação:

Bênção, se a palavra for plena, se houver correspondência entre o significante e o significado, entre as palavras e as coisas; maldição, se a palavra for vã, se continuarem existindo, entre o semiótico e o semântico, um vazio e uma separação. Juramento e perjúrio, bem-dição e mal-dição correspondem a essa dupla possibilidade inscrita no *logos*, na experiência mediante a qual o ser vivo se constituiu como ser que fala (AGAMBEN, 2011, pp. 80-81).

Nossa tese é: Bentinho é destinado a cumprir um destino desde seu nascimento – não por acaso o seu nome: bem-dizer uma promessa. Mas não a cumpre: ele mal-diz o que foi prometido. Ele realiza uma maldição no sentido que realiza um perjúrio do que foi juramentado. Ser Casmurro é o que lhe resta. Vamos à história.

O livro é uma espécie de justificativa do personagem Bentinho de seus atos durante sua vida. Pretende ser um livro de confissões: em que ele diz não esconder nada, e contado do seu ponto de vista. Ao contar essa história ele reconstrói seu sentido, muito próximo da ideia freudiana de reconstrução/ressignificação²:

² Resignificação é uma ideia que Freud nos traz como um efeito *a posteriori*: a capacidade de resignificação do que vivenciamos sem ter sido elaborado anteriormente. Trata-se de um termo (*Nachträglichkeit*) que poderia ser traduzido como *a posteriori*, ação diferida, ação retardada, efeito retardado. Ou seja, trata-se uma ação que ocorre mais tarde; ou um acréscimo *a posteriori* (suple-

Poucos teriam animo de confessar aquele meu pensamento da Rua de Mata-cavalos. Eu confessarei tudo o que importar à minha história. Montaigne escreveu de si: *ce ne sont pas mes gestes que j'écris, c'est moi, c'est mon essence* [não são meus gestos que escrevo, sou eu, é minha essência]. Ora, há só um modo de escrever a própria essência, é contá-la toda, o bem e o mal. Tal faço eu, à medida que me vai lembrando e convidando à construção ou reconstrução de mim mesmo (ASSIS, 1997, p. 113).

O livro é escrito em forma de memórias e, na maior parte do tempo, dada de forma cronológica. A ideia é que o leitor vá compreendendo as “razões” de suas decisões.

A primeira lembrança é de uma conversa entre Dona Glória, sua mãe, e José Dias, um “agregado” da família (com a testemunha de Tio Cosme, irmão de D. Glória). Bentinho não está presente na conversa, mas a ouve atrás da porta. José Dias começa por instaurar uma suspeita de que Bentinho está enamorado da vizinha, Capitulina (Capitu). Ambos estão crescendo juntos e cada dia estão mais próximos. A questão é que Bentinho não poderia se apaixonar, pois está prometido por D. Glória, a ir ao seminário. Ou seja, Bentinho devia cumprir esse destino que lhe foi dado e essa proximidade com Capitu pode maldizer o prometido. É assim que é descrito tal destino no *Capítulo XI – A promessa*: a mãe de Bentinho, por ter perdido o primeiro filho, promete a Deus que, “se vingasse” o segundo, ele entraria no seminário (seria dado como promessa a cumprir a palavra/vontade de Deus). Desde criança, Bentinho sabe de seu destino e inclusive se afeiçoa a ele, até mesmo brincando de ser padre, mesmo que o projeto tenha sido adiado até então.

Entretanto, ouvir essa fala (o que ouviu atrás da porta) lhe “instaurou” uma outra promessa. Tendo ouvido aquelas palavras, Bentinho lembra de imagens e fantasias com Capitu e conclui que a ama – como se tivesse despertado algo nele *que ele já sabia*, mas não soubesse nomear. Corre para ver Capitu, pois suas “pernas não lhe obedeciam”. Percebe que ela havia escrito algo no muro e que tentava esconder: “Bento/Capitolina”. Dar-se conta desse amor o faz realizar o perjúrio do destino de ser sacerdote. Como convencer sua mãe a mudar seu destino?

Antes de pensarem em como convencer D. Glória, lemos um capítulo sobre *Os vermes* em que ele gostaria de entender alguns mistérios sobre um caso de Aquiles. Resolve perguntar aos vermes que roem esses livros. A resposta de um dos vermes é exatamente o que é se “entregar” ao destino: “Meu senhor, respondeu-me um longo verme gordo, nós não sabemos absolutamente nada dos textos que roemos, nem escolhemos o que roemos, nem amamos ou detestamos o que roemos; nós roemos” (ASSIS, 1997, p. 28). Bentinho não quer ser como os vermes...

Na primeira conversa com Capitu sobre o caso, diz não querer entrar no seminário e perjura seu destino:

Capitu, a princípio, não disse nada. Recolheu os olhos, meteu-os em si e deixou-se estar com as pupilas vagas e surdas, a boca entreaberta, toda parada. Então eu, para dar força às afirmações, comecei a jurar que não seria padre. Naquele tempo jurava muito e rijo, pela vida e pela morte. Jurei pela hora da morte. Que a luz me faltasse na hora da morte se fosse

mento). Em seu *Dicionário comentado do alemão de Freud*, Luiz Hanns precisa o conceito: “tanto o sentido de ‘efeito retardado’ quanto a ideia de ‘volta ao passado’ podem ser fruto de três processos diversos: podem desencadear-se como fruto de reflexão intensa e consciente; podem originar-se de algo que fermentou nas profundezas e aflorou subitamente; ou ainda podem ser efeito de um *insight* resultante de um estímulo externo. De qualquer forma, todos esses processos são resultados de um ‘trabalho elaborativo’, pois após a vivência do evento o sujeito irá carregá-lo e maturá-lo no curso da vida” (HANNNS, 1996, p. 81). Trata-se, portanto, de um efeito retardado que se origina nos traços deixados pelas experiências passadas, sendo que as manifestações das psiconeuroses provêm da ação retardada de rastros psíquicos inconscientes. Tal efeito *a posteriori* nos sugere que haja uma construção no aparelho psíquico.

para o seminário. Capitu não parecia crer nem descrever, não parecia sequer ouvir; era uma figura de pau (ASSIS, 1997, pp. 28-29).

Interessante notar que diante desse primeiro juramento, *Bentinho não se mostra digno de fé* – algo que Capitu deixa claro em sua indiferença frente a esse juramento de Bentinho. Bentinho só estaria dizendo “da boca para fora”, realizando nesse caso, uma *blasfêmia* – jurando sem dar fé à sua fala. Diante disso, Capitu dirige mil insultos a D. Glória por ter-lhe dado tal destino. Eis a reação de Bentinho: “Eu, assustado, não sabia que fizesse, repetia os juramentos, prometia ir naquela mesma noite declarar em casa que, por nada neste mundo, entraria no seminário” (ASSIS, 1997, p. 29).

O plano era então trazer José Dias como aliado, convertendo-lhe a favor do perjúrio. Daí mais um juramento; e mais uma blasfêmia: “Levantei os olhos ao céu, que começava a embruscar-se, mas não foi para vê-lo coberto ou descoberto. Era ao outro céu que eu erguia a minha alma; era ao meu refúgio, ao meu amigo. E então disse de mim para mim: ‘Prometo rezar mil padre-nossos e mil ave-marias, se José Dias arranjar que eu não vá para o seminário’” (ASSIS, 1997, p. 34). Bentinho mesmo confessa sua longa lista de perjúrios (isso vindo de um destinatário à batina!):

A soma era enorme. A razão é que eu andava carregado de promessas não cumpridas. A última foi de duzentos padre-nossos e duzentas ave-marias, se não chovesse em certa tarde de passeio a Santa Teresa. Não choveu, mas eu não rezei as orações. Desde pequenino acostumara-me a pedir ao céu os seus favores, mediante orações que diria, se eles viessem. Disse as primeiras, as outras foram adiadas, e à medida que se amontoavam iam sendo esquecidas. Assim cheguei aos números vinte, trinta, cinquenta. Entrei nas centenas e agora no milhar. Era um modo de peitar a vontade divina pela quantia das orações; além disso, cada promessa nova era feita e jurada no sentido de pagar a dívida antiga. Mas vão lá matar a preguiça de uma alma que a trazia do berço e não a sentia atenuada pela vida! O céu fazia-me o favor, eu adiava a paga. Afinal perdi-me nas contas. ‘Mil, mil’, repeti comigo. Realmente, a matéria do benefício era agora imensa, não menos que a salvação ou o naufrágio da minha existência inteira. Mil, mil, mil. Era preciso uma soma que pagasse os atrasados todos. Deus podia muito bem, irritado com os esquecimentos, negar-se a ouvir-me sem muito dinheiro... (ASSIS, 1997, pp. 34-35).

A ideia é convencer o leitor da “justeza” de seus perjúrios... Também de convencer aos outros que lhe rodeiam. Por exemplo, ao tentar convencer José Dias: “Mamãe quer que eu seja padre, mas eu não posso ser padre, disse finalmente” (ASSIS, 1997, p. 41). Nessa mesma conversa com José Dias, diz que “Deus fará o que o senhor quiser” (ASSIS, 1997, p. 43) – eis outra blasfêmia, tirando a autoridade de Deus e dando-a a quem lhe interessa. Bentinho pede agora até mesmo a ajuda de desconhecidos para seu plano:

No portão do Passeio, um mendigo estendeu-nos a mão. José Dias passou adiante, mas eu pensei em Capitu e no seminário, tirei dois vinténs do bolso e dei-os ao mendigo. Este beijou a moeda; eu pedi-lhe que rogasse a Deus por mim, a fim de que eu pudesse satisfazer todos os meus desejos. ‘– Sim, meu devoto!’; ‘– Chamo-me Bento, acrescentei para esclarecê-lo’ (ASSIS, 1997, p. 44).

O fato de a promessa de ser seminarista não ter sido desfeita por D. Glória não o impede de ter fantasias e até mesmo de ter seu primeiro beijo com Capitu. Sua situação de prometido ao seminário fica ainda mais próxima com a nomeação do seu professor de latim (Padre Cabral) a “Protonotário Apostólico” – título distinto e de respeito que desperta ainda mais a promessa de Bentinho de alcançar esse título um dia aos olhos da mãe e do tio. E ainda: ao tentar desfender Bentinho, José Dias acaba por piorar a situação:

– A vocação é tudo [diz José Dias]. O estado eclesiástico é perfeitíssimo, contanto que o sacerdote venha já destinado do berço. Não havendo vocação, falo de vocação sincera e real, um jovem pode muito bem estudar as letras humanas, que também são úteis e honradas. Padre Cabral retorquia:

– A vocação é muito, mas o poder de Deus é soberano. Um homem pode não ter gosto à igreja e até persegui-la, e um dia a voz de Deus lhe fala, e ele sai apóstolo; veja S. Paulo.

– Não contesto, mas o que eu digo é outra cousa. O que eu digo é que se pode muito bem servir a Deus sem ser padre cá fora; pode-se ou não se pode?

– Pode-se.

– Pois então? exclamou José Dias triunfalmente, olhando em volta de si. Sem vocação é que não há bom padre, e em qualquer profissão liberal se serve a Deus, como todos devemos.

– Perfeitamente, mas vocação não é só do berço que se traz.

– Homem, é a melhor.

– Um moço sem gosto nenhum à vida eclesiástica pode acabar por ser muito bom padre; tudo é que Deus o determine. Não me quero dar por modelo, mas aqui estou eu que nasci com a vocação da medicina- meu padrinho, que era coadjutor de Santa Rita, teimou com meu pai para que me metesse no seminário; meu pai cedeu. Pois, senhor, tomei tal gosto aos estudos e à companhia dos padres, que acabei ordenando-me. Mas, suponha que não acontecia assim, e que eu não mudava de vocação, o que é que acontecia? Tinha estudado no seminário algumas matérias que é bom saber, e são sempre melhor ensinadas naquelas casas (ASSIS, 1997, pp. 66-67).

Ou seja, não há como desfazer a promessa realizada por D. Glória, tendo ou não vocação.

Bentinho resolve conversar com sua mãe, mas não adianta: a promessa foi feita e deve-se pagar a Deus. Para D. Glória, não há como maldizer uma promessa, mesmo tendo Bentinho lhe sugerido que ela pedisse que a dispensasse da promessa. Bentinho parece sem saída... “Quisera um modo de pagar a dívida contraída, outra moeda. Que valesse tanto ou mais, e não achava nenhuma” (ASSIS, 1997, p. 72).

Sem opções, Capitu faz uma pergunta inesperada a Bentinho: “Se você tivesse de escolher entre mim e sua mãe, a quem é que escolhia?” (ASSIS, 1997, p. 75). Bentinho se embaraça para responder... E Capitu aproveita para lhe atormentar fazendo-o jurar que irá batizar seu primeiro filho. Feita as pazes, eis como Bentinho realiza perjúrio com outro juramento – como se se pudesse desfazer uma promessa por outra:

– Não há de ser assim, continuei. Dizem que não estamos em idade de casar, que somos crianças, criancolas, – já ouvi dizer criancolas. Bem; mas dois ou três anos passam depressa. Você jura uma cousa? Jura que só há de casar comigo? Capitu não hesitou em jurar, e até lhe vi as faces vermelhas de prazer. Jurou duas vezes e uma terceira:

– Ainda que você case com outra, cumprirei o meu juramento, não casando nunca.

– Que eu case com outra?

– Tudo pode ser, Bentinho. Você pode achar outra moça que lhe queira, apaixonar-se por ela e casar. Quem sou eu para você lembrar-se de mim nessa ocasião?

– Mas eu também juro! Juro, Capitu, juro por Deus Nosso Senhor que só me casarei com você. Basta isto?

– Devia bastar, disse ela; eu não me atrevo a pedir mais. Sim, você jura... Mas juremos por outro modo; juremos que nos havemos de casar um com outro, haja o que houver.

Compreendeis a diferença, era mais que a eleição do cônjuge, era a afirmação do matrimônio. A cabeça da minha amiga sabia pensar claro e depressa. Realmente, a fórmula anterior era limitada, apenas exclusiva. Podíamos acabar solteirões, como o sol e a lua, sem mentir ao juramento do poço. Esta fórmula era melhor, e tinha a vantagem de me fortalecer o coração contra a investidura eclesiástica. Juramos pela segunda fórmula, e ficamos tão felizes que todo receio de perigo desapareceu. Éramos religiosos, tínhamos o céu por testemunha. Eu nem já temia o seminário.

– Se teimarem muito, irei; mas faço de conta que é um colégio qualquer; não tomo ordens. Capitu temia a nossa separação, mas acabou aceitando este alvitre, que era o melhor. Não

afligiámos minha mãe, e o tempo correria até o ponto em que o casamento pudesse fazer-se. Ao contrário, qualquer resistência ao seminário confirmaria a denúncia de José Dias. Esta reflexão não foi minha, mas dela (ASSIS, 1997, pp. 80-81).

Que se perceba como no juramento se tem Deus convocado como testemunha...

Para Bentinho, seu novo juramento desqualificava a promessa da mãe, mesmo assim acata a decisão de ir ao seminário com a condição sugerida pelo Padre Cabral: de passar dois anos no seminário para avaliar se sua vocação seria ou não desperta – um acordo que parece “livrar” Bentinho de seu destino eclesiástico: “Era uma concessão do padre. Dava a minha mãe um perdão antecipado, fazendo vir do credor a relevação da dívida” (ASSIS, 1997, p. 83). Ora, se a vocação não desperta, Deus não quer... e a dívida estaria cumprida? Não há perjúrio nesse caso?

Bentinho tenta justificar que não:

Entre luz e fusco, tudo há de ser breve como esse instante. Nem durou muito a nossa despedida, foi o mais que pôde, em casa dela, na sala de visitas, antes do acender das velas; aí é que nos despedimos de uma vez. Juramos novamente que havíamos de casar um com outro, e não foi só o aperto de mão que selou o contrato, como no quintal, foi a conjugação das nossas bocas amorosas... Talvez risque isto na impressão, se até lá não pensar de outra maneira; se pensar, fica. E desde já fica, porque, em verdade, é a nossa defesa. O que o mandamento divino quer é que não juremos em vão pelo santo nome de Deus. Eu não ia mentir ao seminário, uma vez que levava um contrato feito no próprio cartório do céu. Quanto ao selo, Deus, como fez as mãos limpas, assim fez os lábios limpos, e a malícia está antes na tua cabeça perversa que na daquele casal de adolescentes... Oh! minha doce companheira da meninice, eu era puro, e puro fiquei, e puro entrei na aula de S. José, a buscar de aparência a investidura sacerdotal, e antes dela a vocação. Mas a vocação eras tu, a investidura eras tu (ASSIS, 1997, p. 84).

O romance passa agora à descrição da vida no seminário; na vida com os colegas, das visitas que realiza etc.; do sentimento de tristeza de Bentinho por estar longe de Capitu. Em uma das conversas com José Dias, Bentinho “imprudently” pergunta sobre Capitu. Ele responde que ela está alegre e sugere que pode se envolver com algum “peralta da vizinhança”. Aqui começa as desconfianças de Bentinho do juramento de amor entre ambos: seria possível que ela está alegre? Ela teria se envolvido com algum vizinho?

Bentinho, nesse momento, culpa Capitu pelo que sente e mesmo por perjurar seu destino:

Fiquei ansioso pelo sábado. Até lá os sonhos perseguiam-me, ainda acordado, e não os digo aqui para não alongar esta parte do livro. Um só ponho, e no menor número de palavras, ou antes porei dois, porque um nasceu de outro, a não ser que ambos formem duas metades de um só. Tudo isto é obscuro, dona leitora, mas a culpa é do vosso sexo, que perturbava assim a adolescência de um pobre seminarista. Não fosse ele, e este livro seria talvez uma simples prática paroquial, se eu fosse padre, ou uma pastoral, se bispo, ou uma encíclica, se papa, como me recomendara tio Cosme: ‘Anda lá, meu rapaz, volta-me papa!’ Ah! por que não cumpri esse desejo? Depois de Napoleão, tenente e imperador, todos os destinos estão neste século (ASSIS, 1997, pp. 104-105).

A vida de ambos no momento era de encontros rápidos nos sábados, quando Bentinho ia para casa de sua mãe, e de forma rápida, porque não queriam que ninguém desconfiasse deles. Com o tempo, Capitu vai se tornando cada dia mais íntima de D. Glória, frequentando sua casa diariamente mesmo sem Bentinho presente. Sua intimidade chegou ao ponto de Capitu ser sua enfermeira quando D. Glória adoeceu. Tratava-se de uma doença repentina e a mãe pede para chamar Bentinho às pressas para visitá-la, pois tinha medo do que lhe podia acontecer. No caminho de casa, tendo pela primeira vez estado perto da morte, tem um pensamento:

la só andando, aceitando o pior, como um gesto do destino, como uma necessidade da obra humana, e foi então que a Esperança, para combater o Terror, me segredou ao coração, não estas palavras, pois nada articulou parecido com palavras, mas uma ideia que poderia ser traduzida por elas: 'Mamãe defunta, acaba o seminário'. Leitor, foi um relâmpago. Tão depressa alumiu a noite, como se esvaiu, e a escuridão fez-se mais cerrada, pelo efeito do remorso que me ficou. Foi uma sugestão da luxúria e do egoísmo. A piedade filial desmaiou um instante, com a perspectiva da liberdade certa, pelo desaparecimento da dívida e do devedor; foi um instante, menos que um instante, o centésimo de um instante, ainda assim o suficiente para complicar a minha aflição com um remorso (ASSIS, 1997, pp. 111-112).

Pois esse "pecado" era a "salvação" de seu destino? – ele não mais precisaria fingir que está cumprindo a promessa da mãe e pode realizar perjúrio sem ter que a magoar?

O remorso por confessar seu desejo é tão grande que faz outro juramento e já prevenido sua maldição, pois sabia que não iria cumprir como nos demais juramentos:

Então levado do remorso, usei ainda uma vez do meu velho meio das promessas espirituais, e pedi a Deus que me perdoasse e salvasse a vida de minha mãe, e eu lhe rezaria dois mil padre-nossos. Padre que me lê, perdoa este recurso; foi a última vez que o empreguei. A crise em que me achava, não menos que o costume e a fé, explica tudo. Eram mais dois mil; onde iam os antigos? Não paguei uns nem outros, mas saindo de almas cândidas e verdadeiras tais promessas são como a moeda fiduciária, – ainda que o devedor as não pague, valem a soma que dizem (ASSIS, 1997, p. 113).

Todo o romance é uma espécie de "troca" de juramentos; sem cumprir nenhum, caindo sempre em maldição, Bentinho troca um juramento por outro... nunca honrando qualquer promessa. Nesse sentido, Bentinho é um maldito... e vai se tornando cada vez mais "Dom Casmurro". Ou seja, ele pode "escapar" de ser padre, do amor a Capitu, mas não de si – ele se torna um maldito pelos seus próprios perjúrios. Que se veja as lágrimas de Capitu em toda desconfiança de Bentinho: "(...) não podia crer que depois da nossa troca de juramentos, tão leviana a julgasse que pudesse crer... E aqui romperam-lhe lágrimas (...)" (ASSIS, 1997, p. 123). Bentinho não crê no juramento..., então por que iria crer no juramento de Capitu?

A questão é: se se pode colocar em dúvida a crença no juramento, justamente a promessa pode ser colocada em dúvida, porque o perjúrio é praticamente inevitável. O amor seria o exemplo maior no romance: o romance é construído de uma forma que o leitor leva a crer que Bentinho tem razão em desconfiar de Capitu e mesmo de ter razão em se separar dela de forma leviana. Isso porque Bentinho não crê em qualquer juramento (independentemente de Bentinho ter ou não razão de desconfiar de Capitu – de fato, pode ser que Capitu o traiu... o segredo da história é que ele é contado somente de um ponto de vista – qualquer suposição da traição de Capitu ou não é apenas uma projeção em cima das justificativas de Bentinho).

Não satisfeito em justificar seus perjúrios, Bentinho supõe "saber" o ponto de vista de todos no romance da não credibilidade de uma promessa. Com referência à sua mãe por exemplo:

Um dos aforismos de Franklin é que, para quem tem de pagar na páscoa, a quaresma é curta. A nossa quaresma não foi mais longa que as outras, e minha mãe, posto me mandasse ensinar latim e doutrina, começou a adiar a minha entrada no seminário. É o que se chama, comercialmente falando, reformar uma letra. O credor era arquimilionário, não dependia daquela quantia para comer, e consentiu nas transferências de pagamento, sem sequer agravar a taxa do juro. Um dia, porém, um dos familiares que serviam de endossantes da letra, falou da necessidade de entregar o preço ajustado; está num dos Capítulos primeiros. Minha mãe concordou e recolhi-me a S. José.

Ora, nesse mesmo Capítulo, verteu ela umas lágrimas, que enxugou sem explicar, e que nenhum dos presentes nem tio Cosme, nem prima Justina, nem o agregado José Dias entendeu absolutamente: eu, que estava atrás da porta, não as entendi mais que eles.

Bem examinadas, apesar da distância, vê-se que eram saudades prévias, a mágoa da separação, – e pode ser também (é o princípio do ponto), pode ser que arrependimento da promessa. Católica e devota, sentia muito bem que as promessas se cumprem; a questão é se é oportuno e adequado fazê-las todas, e naturalmente inclinava-se à negativa. Por que é que Deus a puniria, negando-lhe um segundo filho? A vontade divina podia ser a minha vida, sem necessidade de lhe dedicar *ab ovo*. Era um raciocínio tardio: devia ter sido feito no dia em que fui gerado. Em todo caso, era uma conclusão primeira; mas, não bastando concluir para destruir, tudo se manteve, e eu fui para o seminário.

Um cochilo da fé teria resolvido a questão a meu favor, mas a fé velava com os seus grandes olhos ingênuos. Minha mãe faria, se pudesse, uma troca de promessa, dando parte dos seus anos para conservar-me consigo, fora do clero, casado e pai: é o que presumo, assim como suponho que rejeitou tal ideia, por lhe parecer uma deslealdade. Assim a senti sempre na corrente da vida ordinária.

Sucedeu que a minha ausência foi logo temperada pela assiduidade de Capitu. Esta começou a fazer-se-lhe necessária. Pouco a pouco veio-lhe a persuasão de que a pequena me faria feliz. Então (é o final do ponto anunciá-lo), a esperança de que o nosso amor, tornando-me absolutamente incompatível com o seminário, me levasse a não ficar lá nem por Deus nem pelo Diabo, esta esperança íntima e secreta entrou a invadir o coração de minha mãe. Neste caso, eu romperia o contrato sem que ela tivesse culpa. Ela ficava comigo sem ato propriamente seu. Era como se, tendo confiado a alguém a importância de uma dívida para levá-la ao credor o portador guardasse o dinheiro consigo e não levasse nada. Na vida comum, o ato de terceiro não desobriga o contratante; mas a vantagem de contratar com o céu é que intenção vale dinheiro (ASSIS, 1997, pp. 128-129).

Há aqui um descrédito total na ideia de promessa; da validade da testemunha de Deus; e, conseqüentemente, da falta de necessidade de cumprir algo que não se tem fé. Daí os termos: “um cochilo da fé”; “troca de promessa”; “romper o contrato” etc. Aliás, a “troca de promessa” era a que mais lhe convinha. Primeiramente teve uma fantasia de que, pedindo ao Imperador, este poderia desfazer a promessa; em outro momento, José Dias mesmo propõe de irem conversar com o papa – ele poderia absolver o prometido; mas a melhor “solução” veio do amigo de Bentinho, Escobar. Ao lhe pedir um conselho do que fazer; eis sua sugestão seguindo “a lógica” de “evitar” o perjúrio:

– Não, Bentinho, não é preciso isso. Há melhor, – não dizia melhor, porque o Santo Padre vale sempre mais que tudo, – mas há coisa que produz o mesmo efeito.

– Que é?

– Sua mãe fez promessa a Deus de lhe dar um sacerdote não é? Pois bem, dê-lhe um sacerdote, que não seja você. Ela pode muito bem tomar a si algum mocinho órfão, fazê-lo ordenar à sua custa, está dado um padre ao altar, sem que você...

– Entendo, entendo, é isso mesmo.

– Não acha? continuou ele. Consulte sobre isto o protonotário: ele lhe dirá se não é a mesma coisa, ou eu mesmo consulto, se quer e se ele hesitar, fala-se ao Sr. bispo.

Eu, refletindo:

– Sim, parece que é isso; realmente, a promessa cumpre-se, não se perdendo o padre (ASSIS, 1997, pp. 151-152).

Foi assim que se “solucionou” o caso: trocando não a promessa, mas substituindo o agente que iria honrar o cumprimento dela. Bentinho estava agora supostamente livre. Supostamente, porque ainda tinha feito um juramento a Capitu. Supostamente também, tudo corre bem: Bentinho se forma em Direito; casa-se em seguida, começa a trabalhar etc. e “ouve vozes” de que “serás feliz”... Bastou ser astuto com o “cumprimento” da promessa e agora está “livre” para cumprir a outra – amar sem “restrições” Capitu. (Em nenhum momento Bentinho dá “ar” de remorsos pelos seus atos de perjúrio, senão ao desejar a morte da mãe. Mas nesse caso,

não se trata de um remorso sobre um juramento que ele realiza, mas de um remorso de ter “encontrado” uma saída mais “fácil” para se livrar de um destino).

Entretanto, a história passa-se agora nas desconfianças de Bentinho de Capitu – o que não é uma novidade no romance, mas agora de forma mais “justificada” (supostamente). Ele passa a desconfiar, por exemplo, de ela usar vestidos que não escondem os seus braços; de se perder em fitar o mar; de conversas dela com Escobar etc. – quer dizer: a vista de seu corpo lhe causa ciúme; para onde ela olha idem; com quem ela conversa também; o que ela pensa etc. (e quiçá o que ela sonha) – “Cheguei a ter ciúme de tudo e de todos” (ASSIS, 1997, p. 175) confessa Bentinho.

A estrutura de escrita é fazer o leitor crer na deslealdade de Capitu. Pouco importa se o que ele diz corresponderia a algo que de fato aconteceu. Importa é que ele vê o mundo de uma forma maldita: tudo leva a crer que Capitu também seria incapaz de cumprir um juramento. Ter um filho é descrito como um destino – a realização de uma promessa. Mas é exatamente esse destino que é agora colocado em dúvida: seria o seu destino mesmo? Ou Capitu teria o traído? Por que a semelhança fisionômica e comportamental de seu filho com Escobar, seu amigo? “Eu [Bentinho] era então um poço delas [de dúvidas], coaxavam dentro de mim, como verdadeiras rãs, a ponto de me tirarem o sono algumas vezes” (ASSIS, 1997, p. 178). Isso não o impede também que tenha fantasias com a mulher de Escobar...

Conclusão: por que manter um juramento?

Todo problema é: por que manter um juramento? Como isso seria possível sem ter fé na palavra? Que se veja nitidamente o descrédito da fala de Bentinho/Dom Casmurro confesso talvez no capítulo ápice de seus perjúrios³ (Capítulo CXIV – *Em que se explica o explicado*):

Antes de ir aos embargos, expliquemos ainda um ponto que já ficou explicado, mas não bem explicado. Viste que eu pedi (cap. CX) a um professor de música de S. Paulo que me escrevesse a toada daquele pregão de doces de Mata-cavalos. Em si, a matéria é chocha, e não vale a pena de um capítulo, quanto mais dois; mas há matérias tais que trazem ensinamentos interessantes, senão agradáveis. Expliquemos o explicado.

Capitu e eu tínhamos jurado não esquecer mais aquele pregão; foi em momento de grande ternura, e o tabelião divino sabe as coisas que se juram em tais momentos, ele que as registra nos livros eternos.

– Você jura?

– Juro, disse ela estendendo tragicamente o braço.

Aproveitei o gesto para beijar-lhe a mão; estava ainda no seminário. Quando fui para S. Paulo, querendo um dia lembrar a toada, vi que a ia perdendo inteiramente; consegui recordá-la e corri ao professor, que me fez o obséquio de a escrever no pedacinho de papel.

³ Retomando aqui Agamben: “Nessa perspectiva [do poder performativo do nome de Deus], a seca distinção entre juramento asertório e juramento promissório corresponde ao definhamento da experiência da palavra que está em jogo no juramento. Esta não é uma asserção nem uma promessa, mas algo que, ao retornar um termo foucaultiano, podemos chamar de ‘veridição’ e que encontra na relação com o sujeito que a pronuncia o critério único de sua eficácia performativa. Asserção e veridição definem assim os dois aspectos cooriginários do *logos*. Enquanto a asserção tem um valor essencialmente denotativo, cuja verdade, no momento de sua formação, é independente do sujeito e se mede com parâmetros lógicos e objetivos (...), na veridição o sujeito se constitui e se põe em jogo como tal, vinculando-se, performativamente à verdade da própria afirmação. Por isso, a verdade e a consistência do juramento coincidem com a sua prestação; por isso, a chamada para ser testemunha do Deus não implica um testemunho efetivo, mas é realizada performativamente pela própria pronúncia do nome. O que chamamos hoje de performativo em sentido restrito (os *speech acts* ‘eu juro’, ‘eu prometo’, ‘eu declaro’ etc., que devem, significativamente, ser proferidos sempre em primeira pessoa) é, na linguagem, a relíquia dessa experiência constitutiva da palavra – a veridição – que se esgota com a sua pronúncia, porque o sujeito locutor não preexiste nem se vincula sucessivamente a ela, mas coincide integralmente com o ato da fala” (AGAMBEN, 2011, p. 68).

Foi para não faltar ao juramento que fiz isto. Mas há de crer que quando corri aos papéis velhos, naquela noite da Glória, também não me lembrava já da toada nem do texto? Fiz-me de pontual ao juramento, e este é que foi o meu pecado; esquecer, qualquer esquece. Ao certo, ninguém sabe se há de manter ou não um juramento. Coisas futuras! Portanto, a nossa constituição política, transferindo o juramento à afirmação simples, é profundamente moral. Acabou com um pecado terrível. Faltar ao compromisso é sempre infidelidade, mas a alguém que tenha mais temor a Deus que aos homens não lhe importará mentir, uma vez ou outra, desde que não mete a alma no purgatório. Não confundam purgatório com inferno, que é o eterno naufrágio. Purgatório é uma casa de penhores, que empresta sobre todas as virtudes, a juro alto e prazo curto. Mas os prazos renovam-se, até que um dia uma ou duas virtudes medianas pagam todos os pecados grandes e pequenos (ASSIS, 1997, pp. 176-177).

É nessa lógica de juramento e perjúrio que Bentinho se estrutura em suas ações. Nem com a morte de Escobar as desconfianças de Bentinho diminuem. Na verdade, Bentinho segue em seus perjúrios e chega até a renegar seu filho: “Não, não, eu não sou teu pai!” (ASSIS, 1997, p. 204). O ápice de seus perjúrios é se separar de Capitu sem muitas explicações, senão da semelhança do filho com Escobar... Bentinho se torna recluso e indiferente... torna-se Dom Casmurro e parece não se importar nem mesmo com a morte de Capitu ou de seu filho. Narra esses acontecimentos de forma quase neutra e monótona. Culpa o destino de seus perjúrios... De fato, a essência do juramento, diz Agamben, é a maldição.

Enterra sua mãe em uma sepultura sem nome gravado somente “Uma santa”. Esse ato parece resumir a história. A mãe fora quem selou o destino de perjúrio de Bentinho, mas ela mesma não é responsável pelo perjúrio: ela simplesmente fez um pacto com Deus. Seus atos não são condenáveis, uma vez que agiu em nome da fé. Dom Casmurro, por sua vez, foi condenado ao perjúrio, a ser maldito. A mãe, uma santa; o filho, um maldito... (Santa também porque “inquestionada” – Bentinho jamais a desobedeceu, só a tentou a convencer de formas distintas; ele jamais a coloca em dúvida; já Capitu é suspeita desde a adolescência).

Aqui encontramos exatamente o contrário da ideia de Édipo: como Bentinho sabe de seu destino, ele encara a maldição. Nesse sentido, não se trata de uma tragédia no sentido que Agamben dá a esse termo em *Categorias italianas – Estudos de poética e literatura* (1996). Neste estudo, Agamben aponta que há uma diferença entre a culpa natural e a culpa pessoal. No primeiro caso, a pessoa já nasce com uma culpa – no cristianismo, por exemplo, por causa de Adão e Eva a culpa de transgressão (pessoal) se tornou uma culpa natural do homem. Assim, a culpa natural é uma “herança” que se transmite sem qualquer responsabilidade individual. É também Agamben que nos lembra a diferença entre tragédia e comédia: “Invertendo o conflito entre culpa natural e inocência pessoal na cisão entre inocência *natural* e culpa *pessoal*, a morte de Cristo liberta o homem da tragédia e torna possível a comédia” (AGAMBEN, 2014, p. 32). O que isso significa?

Não penso em entrar na questão da morte de Cristo, mas no que Agamben diz sobre tragédia e comédia. No subcapítulo *Culpa trágica e culpa cômica*, Agamben afirma que a culpa estaria ligada ao destino final do sujeito em sua vida: o homem acaba se salvando ou há uma danação? Que se perceba que, de todo modo, há uma culpa. A questão é se ele se salva ou se dana. No cômico o sujeito aparece como culpado e finaliza salvo diante de Deus. De uma forma geral: “(...) a tragédia aparece como a culpabilização do justo e a comédia como a justificação do culpado” (AGAMBEN, 2014, p. 26). Tendo isso em vista, em que caso estamos? Em uma comédia ou tragédia?

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Categorias italianas – Estudos de poética e literatura*. Tradução de Carlos Capela e Vinícius Honesko. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. *O sacramento da linguagem – Arqueologia do juramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: Globo, 1997.

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Cambridge; Massachusetts: Harvard University Press, 1975.

HANNS, Luiz. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Sobre o autor

Ronaldo Filho Manzi

Doutor em Filosofia (USP/RUN). Pós-doutor em Filosofia (USP). Pós-doutor em Psicologia Social (USP). Pós-doutorando em Educação (PUC-GO). Psicanalista.

Recebido em: 10/01/2021.

Aprovado em: 27/01/2021.

Received: 10/01/2021.

Approved: 27/01/2021.